

Terça-Feira, 21 de Abril de 2026

Brasileiros rejeitam mudança na Ficha Limpa e se dividem sobre anistia, diz Pesquisa Atlas

Segundo o levantamento, 83% dos entrevistados são contra a redução do prazo de inelegibilidade para políticos enquadrados na Lei da Ficha Limpa

Pesquisa AtlasIntel divulgada neste domingo, 16, mostra que a população rejeita de forma expressiva mudanças na Lei da Ficha Limpa e se divide sobre a anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Os dois temas são centrais na agenda do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Congresso Nacional.

Segundo o levantamento, 83% dos entrevistados são contra a redução do prazo de inelegibilidade para políticos enquadrados na Lei da Ficha Limpa, enquanto apenas 14% apoiam a medida. Já a anistia aos envolvidos nos ataques golpistas às sedes do Três Poderes em Brasília divide opiniões: 51% são a favor e 49% contra, empate técnico na margem de erro.

A pesquisa, realizada para o programa GPS CNN, contou com respostas de 817 pessoas recrutadas de forma aleatória na internet entre os dias 11 e 13 de fevereiro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Os maiores apoiadores da anistia aos golpistas são os eleitores que votaram em Bolsonaro no segundo turno de 2022 (99%) e os que se declaram evangélicos (93%). Por outro lado, a maior oposição ao projeto vem dos que votaram em Lula, com 96% contrários à medida.

Os eleitores de Bolsonaro mostram maior tolerância à flexibilização da Ficha Limpa. Entre os que votaram nele no segundo turno da última eleição presidencial, 58% são contra a mudança, mas 34% apoiam a mudança na lei. Já entre os eleitores de Lula, o posicionamento é absoluto: 100% rejeitam a proposta.

Inelegível até 2030 por duas condenações do TSE, Bolsonaro agora defende o fim da Lei da Ficha Limpa como caminho para voltar à disputa presidencial em 2026. Em vídeo divulgado nas redes sociais, o ex-presidente disse que quer “acabar” com a Lei da Ficha Limpa.

Os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), porém, contradizem essa tese, como mostrou reportagem do Estadão. Na última eleição municipal, por exemplo, PT e PL tiveram quase o mesmo número de candidatos barrados, apesar de o partido de Bolsonaro ter lançado mais nomes que o de Lula.

Para reabilitar o ex-presidente, a bancada bolsonarista da Câmara dos Deputados passou a articular a aprovação de um Projeto de Lei do deputado Bibó Nunes (PL-RS) que reduz de oito para dois anos o período de inelegibilidade para políticos condenados. A mudança abriria caminho para Bolsonaro voltar a concorrer à Presidência, mas, segundo especialistas, dependeria do aval do TSE e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Percepção sobre outras propostas em tramitação

O levantamento também traz a opinião dos brasileiros sobre outras propostas em tramitação na Câmara e no Senado Federal. O aumento do número de deputados federais enfrenta rejeição quase unânime, com 97% dos entrevistados contrários.

A manutenção do controle do Congresso sobre emendas parlamentares impositivas divide opiniões: 50% são contra, 32% a favor e 19% não souberam responder. Já o corte de gastos públicos é a medida mais bem-aceita, com 54% de apoio e 28% de rejeição.

fonte leiaja

estadão conteúdo